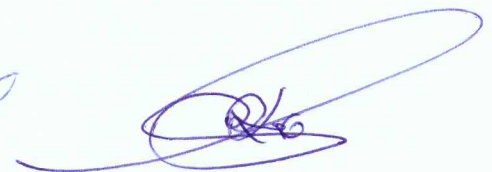


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2016, EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 11:00 HORAS DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2017, a qual esteve sob a Presidência do Vereador José Carlos Borgo, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Foi registrada a presença dos senhores Luiz Maurílio Moretti, João Pacheco, José Fernando Barbieri, Antonio Aparecido Masson, Agente Américo Cato e Lucas de Barros Flores. E ainda, do Secretário Municipal de Agricultura, senhor Ademar Borgo, assim como, da senhora Silvia Helena Sorgi, Secretária Municipal de Economia e Finanças. Presentes ainda, funcionários da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, demais servidores municipais, Assessores Parlamentares, profissionais da imprensa e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos o Vereador José Carlos Borgo, Presidente desta Sessão Pública, convidou a senhora Silvia Helena Sorgi, Secretária Municipal de Economia e Finanças, para tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 3º quadrimestre de 2016. A senhora Silvia Helena Sorgi iniciou a sua explanação invocando o artigo 48 e o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Enfatizou, que o objetivo da presente Audiência seria o de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, dos resultados econômicos, financeiros e orçamentários relativos ao 3º quadrimestre do exercício de 2016. Prosseguiu dizendo que, na composição dos resultados seguidamente relatados, estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta. Ato contínuo, a senhora Secretária passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados. Foi apresentado gráfico da receita prevista (LOA) *versus* a receita arrecadada no 3º quadrimestre de 2016, sendo a primeira da ordem de R\$ 414.758.000,00 e a segunda de R\$ 347.172.604,07, o que perfaz 83,70% da previsão total de arrecadação. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo da receita arrecadada no 3º quadrimestre de 2015 *versus* a receita arrecadada no 3º quadrimestre de 2016. Nesse verificou-se que em 2016 houve um decréscimo de 4,76%. A receita em 2015 no período foi da ordem de R\$ 364.508.763,55 e no mesmo período no ano de 2016 foi de R\$ 347.172.604,07, perfazendo uma variação negativa equivalente a R\$ 17.336.159,48. Em seguida, foi apresentado detalhamento mensal (comparativo da receita arrecadada em 2015 e 2016) nos meses de: janeiro/2015 R\$ 37.445.623,89 e janeiro/2016 R\$ 31.291.106,76; fevereiro/2015 R\$ 31.518.057,12 e fevereiro/2016 R\$ 27.353.809,81; março/2015 R\$ 38.440.752,26 e março/2016 R\$ 29.728.403,12; abril/2015 R\$ 28.588.978,89 e abril/2016 R\$ 28.233.250,88; maio/2015 R\$ 35.382.152,25 e maio/2016 R\$ 42.938.261,21; junho/2015 R\$ 36.931.604,82 e junho/2016 R\$ 25.495.486,18; julho/2015 R\$ 26.058.394,72 e julho/2016 R\$ 24.926.655,00; agosto/2015 R\$ 24.226.738,63 e agosto/2016 R\$ 24.470.348,43; setembro/2015 R\$ 24.780.087,71 e setembro/2016 R\$ 22.227.104,71; outubro/2015 R\$ 23.029.92,47 e outubro/2016 R\$ 24.810.656,00; novembro/2015 R\$ 25.490.985,01 e novembro/2016 R\$ 28.291.189,49; dezembro/2015 R\$ 32.615.465,77 e dezembro/2016 R\$ 37.406.332,48. A representante do Poder Executivo salientou ainda que, quando em janeiro de 2016 houve a percepção de queda na arrecadação, de imediato, foi determinado um contingenciamento, sendo que a partir daí seguiu-se com o monitoramento mês a mês. Disse ainda, que a arrecadação maior no mês de maio de 2016 com relação ao mesmo período do ano anterior deu-se em função da arrecadação do IPTU, assim como, o volume maior nos meses de novembro e dezembro de 2016 em relação ao igual período do exercício de 2015, deu-se em virtude da repatriação. Foi apresentado o comparativo da receita arrecadada de 2015 (atualizada) *versus* a receita arrecadada em 2016: receita arrecadada 2015-R\$ 334.882.457,83, receita reestimada 2015-R\$ 364.508.763,55, e, receita arrecadada 2016-R\$ 347.172.604,07, cuja retração foi de 4,76%. Também foram apresentadas as principais receitas do exercício de 2016, a saber: ICMS – R\$ 64.098.497,16 – 18,46%; IPI – R\$ 438.606,00 – 0,13%; FPM – R\$ 60.114.840,95 – 17,32%; FUNDEB – R\$ 48.042.780,17 – 13,84%; IRRF – R\$ 5.270.508,42 – 1,52%; IPTU – R\$ 30.632.614,34 – 8,82%; ISSQN – R\$ 20.402.376,81 – 5,88%; Dívida Ativa – R\$ 7.256.744,33 – 2,09%; IPVA – R\$ 23.918.690,87 – 6,89%; Taxa de Ocupação e Conservação de Vias – R\$ 5.743.701,76 – 1,65%; ITBI – R\$ 5.522.448,30 – 1,59%; Receitas de Contribuições – R\$ 5.939.285,63 – 1,71%; Receita de Capital – R\$ 10.528.746,29 – 3,03%; ITR – R\$ 713.809,55 – 0,21%; e Receitas Diversas – R\$ 58.548.953,49 – 16,86%, totalizando R\$ 347.172.604,07. Em seguida, foi trazido gráfico contendo as principais receitas referentes aos 3º quadrimestres de 2015 e 2016, a saber: ICMS 2015 – R\$ 64.829.214,94 e ICMS 2016 – R\$ 64.098.497,16 – variação negativa de 1,13%; IPI 2015 – R\$ 514.534,60 e IPI 2016 – R\$ 438.606,00 – variação negativa de 14,76%; FPM 2015 – R\$ 39.761.703,87 e FPM 2016 – R\$ 60.114.840,95 – variação positiva de 51,19% (maior índice de participação devido ao aumento da população do município); FUNDEB 2015 – R\$ 47.749.130,03 e FUNDEB 2016 – R\$ 48.042.780,17 – variação positiva de 0,61%; IRRF 2015 – R\$ 4.172.216,30 e IRRF 2016 – R\$ 5.270.508,42 – variação positiva de 26,32%; IPTU 2015 – R\$ 28.222.913,60 e IPTU 2016 – R\$ 30.632.614,34 – variação positiva de 8,54%; ISSQN 2015 – R\$ 17.847.947,13 e ISSQN 2016 – R\$ 20.402.376,81 – variação positiva de 14,31%; Dívida Ativa 2015 – R\$ 6.342.435,03 e Dívida Ativa 2016 – R\$ 7.256.744,33 – variação positiva de 14,42%; IPVA 2015 – R\$ 23.524.164,49 e IPVA 2016 – R\$ 23.918.690,87 – variação positiva de 1,68%; Taxa de Conservação de Vias 2015 – R\$ 5.360.157,32 e Taxa de Conservação de Vias 2016 – R\$ 5.743.701,76 – variação positiva de 7,16%; ITBI 2015 – R\$ 5.421.371,92 e ITBI 2016 – R\$ 5.522.448,30 – variação positiva de 1,86%; Receitas de Contribuições 2015 – R\$ 5.531.779,82 e Receitas de

Contribuições 2016 – R\$ 5.939.285,63 – variação positiva de 7,37%; Receita de Capital 2015 – R\$ 15.403.076,45 e Receita de Capital 2016 – R\$ 10.528.746,29 – variação negativa de 31,65%; ITR 2015 – R\$ 562.041,77 e ITR 2016 – R\$ 713.809,55 – variação positiva de 27%; Receitas Diversas 2015 – R\$ 69.639.770,56 e Receitas Diversas 2016 – R\$ 58.548.953,49 – variação negativa de 15,93%; totalizando nos exercícios de 2015 e 2016, respectivamente, R\$ 334.882.457,83 e R\$ 347.172.604,07, aumento de 3,67%. Prosseguindo, a senhora Secretária de Economia e Finanças, apresentou o comparativo da despesa liquidada no exercício de 2015 com relação ao exercício de 2016: despesa liquidada/2015 – R\$ 344.557.717,19 e despesa liquidada/2016 – R\$ 358.197.354,18, perfazendo um aumento no gasto público de R\$ 13.639.636,99, equivalente a 3,96%. Enfatizou ainda que em 2016 houve um aumento da despesa pública e uma queda na receita pública. Ato contínuo, foram apresentadas as principais despesas por função de Governo: Educação – 26,83% - R\$ 96.096.194,01; Saúde – 33,90% - R\$ 121.441.939,65; Administração – 6,44% - R\$ 23.055.816,55; Assistência Social – 2,54% - R\$ 9.083.609,66; Legislativa – 1,40% - R\$ 5.020.482,45; Meio Ambiente – 0,26% - R\$ 935.826,06; Urbanismo – 14,49% - R\$ 51.919.959,89; Encargos Especiais – 7,35% - R\$ 26.319.897,64; e Outras – 6,79% - R\$ 24.323.628,27, perfazendo um total de R\$ 358.197.354,18. Na sequência, foi apresentado gráfico das despesas com ações de Saúde (custeadas com recursos próprios) com percentual empenhado, liquidado e efetivamente pago, respectivamente de 31,90% - R\$ 69.514.555,93; 31,90% - R\$ 69.514.555,93; e, 30,13% - R\$ 65.662.446,86. Já as despesas com ações de Saúde (custeadas com recursos vinculados) tiveram valor empenhado, liquidado e pago, respectivamente de R\$ 51.927.383,72, R\$ 51.927.383,72 e R\$ 47.455.221,48. A aplicação acumulada em Ações de Saúde foi de R\$ 121.411.939,65. A seguir passou-se à demonstração do quadro comparativo das despesas com pessoal nos exercícios de 2015 e de 2016. No exercício de 2015 a receita corrente líquida foi de R\$ 319.274.783,17 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 121.529.034,38, equivalente a 38,06%. No exercício de 2016 a receita corrente líquida foi de R\$ 336.440.656,57 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 136.392.725,90 equivalente a 40,54%, sendo certo que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo de gasto com pessoal é de 54% (art. 20) e o limite prudencial é de 51,30% (art. 22). Foram apresentados os gráficos das despesas com ações de ensino (recursos próprios) com percentual empenhado, liquidado e efetivamente pago, respectivamente de 25,49% - R\$ 56.633.653,11; 25,49% - R\$ 56.633.653,11; e, 24,32% - R\$ 54.022.691,41, sendo certo, que a regra constitucional é a de aplicação mínima obrigatória de 25%. O valor empenhado, liquidado e pago, respectivamente, com recursos do FUNDEB foi de 99,28%-R\$ 47.932.259,31; 99,28%-R\$ 47.932.259,31 e 91,92%-R\$ 44.379.295,61. A arrecadação do FUNDEB foi da ordem de R\$ 48.278.349,89. A norma disciplina que do valor total arrecadado deve ser aplicado o percentual mínimo de 95%, e o foi na ordem de 99,28%. Outro princípio é o de que, do valor total arrecadado, deve ser aplicado o percentual mínimo de 60% com despesas do magistério, e o foi na ordem de 76,63%. Finalizada a explanação, a Secretária Municipal de Economia e Finanças, senhora Silvia Helena Sorgi, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. Foi registrada a presença do Vereador Tito Coló Neto. O Presidente da Sessão e do evento, Vereador José Carlos Borgo, indagou à Imprensa, público em geral, e senhores Edis presentes, se haveria alguma pergunta a ser formulada à representante do Poder Executivo, oportunidade em que, fez uso da palavra, arguindo à Secretária Municipal de Economia e Finanças, o Vereador João Pacheco. Registrada a presença da Secretária Municipal de Educação, senhora Daltira Maria de Castro Piráquine Tumolo. Ato contínuo, indagaram à Secretária os Vereadores José Fernando Barbieri, Luiz Maurílio Moretti e Tito Coló Neto, assim como, o senhor Harrison Henrique Farias de Moura, Membro da Associação dos Moradores do Residencial Frei Galvão, e, o senhor João Guilherme D’Arcadia, representante do Jornal “O Comércio” do Jahu. Após, o senhor Presidente, Vereador José Carlos Borgo, novamente indagou aos presentes, se haveria mais algum questionamento, oportunidade em que mais ninguém manifestou interesse em fazer uso da palavra. Finalizando os trabalhos, o senhor Presidente, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a Documentação supra mencionada, bem como, a Lista de Presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública -----



Silvia Helena Sorgi
Secretária de Economia e Finanças